



56

Reunião ordinária pública**Data: 2022-10-03****Início: 09.30 horas****Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho****Termo: 12.15 horas****Presenças:**

Vice-Presidente	Hugo Renato Ferreira Cristóvão
Vereadores	Maria de Lurdes Ferromau Fernandes
	Filipa Alexandra Ferreira Fernandes
	Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão
	Luís António Antunes Francisco
	Hélder Duarte Henriques

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal

A Sra. Presidente não participou na reunião por se encontrar de férias. -----

Da Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:-----**BALANCETE -----****N.º 01 – LOGRADOURO DAS PARCELAS 7 E 8 DO PLANO DE PORMENOR DA ALAMEDA 1 DE MARÇO E RUA JOÃO DOS SANTOS SIMÕES (UOPG6) – Construções Francisco & Marco, limitada, e Sociedade de Construções Joaquim Vaz e Netos, limitada (399/PEDI/DGT/2022 - 7/INSTGT/DGT/2022)-----****N.º 02 – PLANO DE PORMENOR DA ALAMEDA 1 DE MARÇO E RUA JOÃO DOS SANTOS SIMÕES (UOPG6) – suspensão parcial e medidas preventivas (21/ESPP/DGT/2022 - 7/INSTGT/DGT/2022) -----****N.º 03 – REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ALAMEDA 1 DE MARÇO E RUA JOÃO DOS SANTOS SIMÕES (UOPG6) – proposta de plano (segunda fase) (733/JUEL/DGT/2022 - 3/INSTGT/DGT/2021)-----****PROPOSTAS:-----****PROPOSTA DA PRESIDENTE: -----****N.º 04 – APOIO FINANCEIRO AO VI CEYCEYRA MEDIEVAL (6242/ENTE/DAJA/2022 - 24/DIVER/PR/2013) -----****INFORMAÇÕES: -----**



- INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:-----**
- N.º 05 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 (41/PPRC/PR/2022)-----**
- GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR TOMARINVESTE: -----**
- N.º 06 – PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR – candidatura para aquisição dos lotes 59 e 70 em direito de superfície (674/ENTE/DAJA/2022 - 1/PET/GAIT/2021) -----**
- DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----**
- N.º 07 – UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO PAVILHÃO MUNICIPAL (PE2) – isenção de tarifas (877/AQBS/DOM/2022 - 2/PQEST/DOM/2013) -----**
- N.º 08 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DA RUA CORONEL GARCÊS TEIXEIRA E AVENIDA DR. AURÉLIO RIBEIRO – atas das reuniões de segurança (40/PGEN/DOM/2022 - 23/CONPUB/DOM/2019)-----**
- N.º 09 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DA RUA CORONEL GARCÊS TEIXEIRA E AVENIDA DR. AURÉLIO RIBEIRO – minuta do terceiro contrato adicional (157/EMPR/DOM/2022 - 23/CONPUB/DOM/2019)-----**
- N.º 10 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DA RUA CORONEL GARCÊS TEIXEIRA E AVENIDA DR. AURÉLIO RIBEIRO – trabalhos complementares (213/EMPR/DOM/2022) -----**
- N.º 11 – EMPREITADA DE RECUPERAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DA IGREJA DE SÃO JOÃO BAPTISTA EM TOMAR (1.ª FASE) – trabalhos a menos e trabalhos complementares (131/EMPR/DOM/2022) -----**
- N.º 12 – EMPREITADA DE RECUPERAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DA IGREJA DE SÃO JOÃO BAPTISTA EM TOMAR (1.ª FASE) – trabalhos complementares (228/EMPR/DOM/2022 - 13/CONPUB/DOM/2021) -----**
- DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: -----**
- N.º 13 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DA FESTA DOS TABULEIROS, NO USO DO ESPAÇO PÚBLICO, DA PUBLICIDADE E DA VENDA AMBULANTE (45/PPRC/PR/2019 - 1/ORGFUN/PR/2018)-----**
- N.º 14 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Centro Cultural e Recreativo da Torre (55/PUBO/DAJA/2022 - 1/PUBLI/DAJA/2022) -----**
- N.º 15 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Associação Cultural, Recreativa e Social da Venda Nova (56/PUBO/DAJA/2022 - 1/PUBLI/DAJA/2022) -----**
- N.º 16 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Federação do Folclore**



Português (57/PUBO/DAJA/2022 - 1/PUBLI/DAJA/2022) -----

N.º 17 - MERCADO DA REPÚBLICA - isenção de taxas (330/AGEN/DAJA/2022 - 7/DIVER/DAJA/2022)-----

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTE:-----

N.º 18 - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DIGITALL, DA FUNDAÇÃO VODAFONE PORTUGAL, NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS TEMPLÁRIOS (9/PPRC/DEISA/2022 - 2/PROJPAR/DEISA/2020) -----

N.º 19 - CONCURSO "VAMOS DAR UM NOME AO NOVO PARQUE" INFANTIL SITO NA RUA CORONEL GARCÊS TEIXEIRA (10/PPRC/DEISA/2022 - 5/ATIVID/DEAS/2013) -----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----

N.º 20 - CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE - António Godinho Ferreira e José Godinho Ferreira (416/ECER/DGT/2022 - 386/EDIF/DGT/2022) -----

N.º 21 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES - Declaração de Caducidade (39/EALV/DGT/2021 - 193/EDIF/DGT/2020) -----

N.º 22 - EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA NA VENDA DO RÉ-DO-CHÃO DIREITO DO PRÉDIO SITO NA TRAVESSA DA NABÂNCIA, N.º 5 - Sandra Filipa Henriques Cardoso (463/ECER/DGT/2022 - 799/DIVER/DGT/2022)-----

N.º 23 - EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA NA VENDA DO TERCEIRO ANDAR ESQUERDO DO PRÉDIO SITO NA RUA ENG. BOURDAIN, N.º 1 - Jorge Manuel Conceição da Silva (464/ECER/DGT/2022 - 803/DIVER/DGT/2022) -----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----

N.º 24 - LOJA DO TURISMO 2022 - PREÇOS DO ARTESANATO E PRODUTOS LOCAIS (186/PGEN/DTC/2022)-----

DIVISÃO FINANCEIRA:-----

N.º 25 - RELATÓRIO INTERCALAR DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TOMAR PARA O ANO DE 2022 (495/PGEN/DF/2022)-----

N.º 26 - AQUISIÇÃO DE MINI-AUTOCARROS ELÉTRICOS PARA OS TRANSPORTES URBANOS DE TOMAR - primeiro adicional ao contrato (125/CPUB/DF/2021 - 32/CONPUB/DOM/2021) -----

EXPEDIENTE:-----

N.º 27 - UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL - Instituto Politécnico de Tomar (6204/ENTE/DAJA/2022 - 15/DIVER/PR/2013) -----

Sendo nove horas e trinta minutos, o Sr. Vice-Presidente declarou aberta a reunião e,



na ausência de público inscrito para o período de atendimento do público, deu-se início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido proferidas as seguintes intervenções:-----

O Sr. Vereador Hélder Henriques deu nota que, no âmbito do dia mundial do animal, vai ter lugar, no dia cinco, entre as dez e as dezasseis horas, no espaço exterior do Mercado Municipal, uma campanha de adoção de animais do Canil Intermunicipal, assim como, no dia seis, na Farmácia Grave, uma palestra da Médica Veterinária Municipal sobre alimentação animal, integrada numa exposição de fotografias de incentivo à prática da adoção, que decorre naquele espaço durante o mês de outubro. -----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes deu nota que, no corrente mês, decorre, nos restaurantes e pastelarias aderentes, o evento Feijão com Todos, convidando à participação da população. Informou que vai ter lugar, pelas quinze horas, a apresentação pública do programa e da dinâmica da Feira de Santa Iria, e que, no dia nove, se realiza o Mercado da República, com a presença de todos os Ranchos Folclóricos. Destacou que, entre os dias doze e catorze, se vai realizar o segundo Congresso Internacional da Rota Europeia dos Templários, cujo programa engloba palestras, com oradores de todo o mundo, visitas guiadas e outras dinâmicas ligadas à temática, evento que conta com a parceria do Município de Vila Nova da Barquinha, onde vai ter lugar uma das sessões do evento, tendo em conta que o território tem que se unir para promover o grande legado histórico que lhes foi deixado, neste caso a Ordem dos Templários. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que se comemorou recentemente o Dia Mundial do Turismo e se justifica uma reflexão sobre algumas questões relacionadas com o tema, como exemplo do que se entende não dever acontecer. Salientou que os atuais eleitos do PSD, e também os seus antecessores, consideram que o turismo é um sector com importância estratégica para o concelho e, de acordo com o programa com que se apresentaram às eleições, têm apresentado, nas reuniões deste Executivo, e nas sessões da Assembleia Municipal, iniciativas visando uma ação estruturada e planeada; em dois mil e dezanove, apresentaram aqui uma proposta para criação do Conselho Municipal do Turismo, que constituísse uma verdadeira task force e delineasse, em conjunto com a Câmara Municipal, de forma bem sedimentada e com robustez, o que se pretende para o turismo no concelho; em dois mil e vinte e um, apresentaram uma proposta para elaboração de um plano de retoma do turismo, onde fossem delineadas as ações que posicionarassem Tomar como um destino turístico e se encetasse o caminho para poder vir a ser distinguido com o galardão de destino europeu



do ano, ou outro do género; ambas as propostas foram recusadas pelos eleitos do Partido Socialista; mais recentemente, apresentaram na Assembleia Municipal uma Moção visando a elaboração de um Plano Municipal de Organização de Eventos, com o objetivo de harmonizar as diversas atividades e obter, em conjunto com os operadores, um verdadeiro referencial da ação municipal, também ela rejeitada. Reconhecem que existem alguns esforços de equipas internas, nomeadamente da Divisão de Turismo e Cultura, que tem realizado trabalho qualificado, mas a falta de um espírito de corpo conduz aos fracos resultados que têm sido obtidos. Defendeu que, perante as riquezas existentes no concelho, é necessário ter a ambição de fazer mais e melhor por Tomar, e aspirar a que alcance um lugar no pódio nacional como destino turístico e que, para o conseguir, é preciso ter um plano que desenhe uma proposta diferenciadora e consistente, mas a maioria do Partido Socialista na Câmara Municipal não gosta de planear e prefere, muitas vezes, de forma desgarrada, apresentar as tais panóplias de atividades que vão sendo referidas pela Sra. Vereadora Filipa Fernandes, revelando falta de estratégia. Passou a referir duas situações que ilustram bem a falta de empenho, também nesta área, as quais carecem de esclarecimento: -- a praia fluvial de Alqueidão constitui uma resposta qualificada no acesso à albufeira do Castelo de Bode e era há muito ansiada pelas populações, ainda mais nos tempos atuais, tão difíceis para a maioria da população, que não consegue deslocar-se para usufruir de outros destinos, mas ainda se encontra sem água e sem eletricidade, o que impossibilita a existência de infraestruturas de apoio, e já desapareceram alguns equipamentos, cujo investimento rondou os trezentos mil euros; -- o quiosque instalado na Várzea Grande, uma área que tem sido apelidada de nova centralidade de Tomar, foi concessionado, por quinze anos, mediante hasta pública, à empresa Nascimento Costa Unipessoal, limitada, mas, decorrido mais de um ano, está tudo na mesma e a sua abertura não avançou, sem que se saiba porquê e se a culpa é do empresário ou da Câmara Municipal.-

O Sr. Vice-Presidente frisou que todos têm direito a ter e a expressar a opinião que bem entenderem, mas tem que contestar a referência aos serviços municipais e à falta de espírito de corpo, porque trabalham todos os dias com os seiscentos funcionários municipais e podem comprovar que, na sua larguíssima maioria, são pessoas dedicadas, empenhadas e com sentido de missão e de serviço público. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes esclareceu que o espírito de corpo a que se refere visa a cúpula da Câmara (Presidente e Vereadores) e não o trabalho dos técnicos ou dos serviços. -

O Sr. Vice-Presidente sublinhou que também não há qualquer falta de espírito de corpo da parte da Presidente e dos Vereadores. -----



A Sra. Vereadora Filipa Fernandes mostrou indignação pela referência aos fracos resultados de Tomar na área do turismo e interesse em conhecer a análise que terá sido feita para se concluir nesse sentido. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes frisou que, quando refere os fracos resultados da ação da Câmara, quer dizer que Tomar precisa de ser um território diferenciado e qualificado, e de manter a sua posição em todos os períodos, independentemente das conjunturas, o que só se consegue com um plano de ação e não, como tem acontecido, andando à boleia das conjunturas. Reiterou as questões que colocou. -----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes garantiu que o Município não anda atrás da conjuntura e tem um plano estratégico para o turismo; começou por fazer um plano de hospitalidade, criou um site turístico bastante apelativo, que permite ao turista o contato direto com os trabalhadores do posto de turismo, e fez planos de ação, de formação e de capacitação para os setores da hotelaria e da restauração, para os trabalhadores municipais e para os espaços museológicos, os quais cumpriu e dinamizou. Salientou que é notório o muito trabalho que tem sido feito e fica perplexa com esta intervenção sobre a inexistência de orientação turística, destacando que, quando chegaram, tinham o Hotel dos Templários e algumas pensões; agora, têm muito mais hotéis e alojamentos turísticos, está para acontecer a abertura do Vila Galé e da Estalagem; a restauração está completamente cheia e não é uma situação sazonal; outubro é um mês tradicionalmente baixo em Tomar e os hotéis estão com a lotação máxima; estão a abrir espaços novos na cidade; têm apostado na abertura de novos espaços museológicos e criaram um roteiro museológico onde é dada visibilidade ao que acontece na cidade e nas freguesias, em articulação com os Presidentes das Juntas de Freguesia. Considerou inacreditável que se queira fazer passar a mensagem de ação avulsa e desgarrada, mas, quando apresentar a taxa de ocupação da hotelaria e do alojamento local, que aguarda, e os dados do acolhimento/atendimento no Posto do Turismo, poderão tirar as devidas conclusões e perceber se, em Tomar, o turismo está realmente em declínio ou se está a recolher frutos do trabalho planeado que se iniciou e se prossegue. No que se refere à praia fluvial de Alqueidão, informou que se aguarda a licença final da Agência Portuguesa do Ambiente e se encontra a ser elaborado o caderno de encargos para que possa ser concessionada logo que possível.-----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes requereu o fornecimento do Plano Estratégico de Turismo, que não conhecem, sendo certo que o que se pretende é um plano que englobe todo o concelho; sabe que os roteiros existem e já referiu o trabalho bastante qualificado das equipas nesta área, mas falta o plano integrador. Referiu que o turismo não se mede apenas



62

pelas comidas e dormidas e que, para ser um destino turístico de excelência, Tomar precisa de ser muito mais do que isso e tem que haver trabalho a um nível mais elevado, com o envolvimento dos operadores. -----

O Sr. Vice-Presidente salientou que não há trabalho qualificado de equipas sem liderança porque são as lideranças que colocam os inputs para o caminho que se pretende percorrer. Referiu que é bem-vinda esta ideia dos vereadores do PSD de que o turismo é um dos mais importantes alicerces da economia local porque, ao longo dos últimos anos, pelo menos de forma consubstanciada, não tem sido essa a posição; aqui e ali tem-se passado, mesmo que com discursos mais cuidados, a ideia de que, agora, esta Câmara é só festas, é só hotéis, é só restaurantes, que não há indústria; percebe que é popularucho e que tem acolhimento nalgumas franjas da comunidade, mas gostava de perceber onde está a indústria que paga melhor ou dá melhores condições de vida do que a hotelaria ou o setor do turismo em geral, que tem criado muitos postos de trabalho valorizados. Sublinhou que, se as coisas corressem bem apenas porque a conjuntura é favorável, correria bem em todo o lado, e não é isso que acontece; ao contrário do que é dito, em Tomar tem havido um plano e muito trabalho, destacando, a título de exemplo, que não foi esta gestão que inventou o slogan Tomar Cidade Templária, mas trabalharam para maximizar a marca, cujo logotipo nem se percebia, e, hoje, fala-se de Tomar quando se fala dos Templários em Portugal; durante muitos anos, foi referido que os turistas vinham ao Convento e não desciam à cidade e, hoje, fruto do trabalho, da ligação com as agências e da criação de factos e de instrumentos visitáveis, mesmo nos meses mais fracos, todos os dias se veem grupos de turistas na cidade; a Câmara apostou muito no património e investiu na Sinagoga, no Aqueduto dos Pegões, na Levada e na Igreja de São João Baptista, a obra do século a este nível, mesmo não sendo sua responsabilidade na maior parte dos casos, ciente de que, se não fizesse essas obras, não haveria quem as realizasse, e são um grande investimento para criar mais condições para que o património, a história e a cultural local estejam salvaguardadas, para que haja mais monumentos visitáveis e em melhores condições para quem visita Tomar. Salientou que era objetivo desta governação, inscrito no seu programa eleitoral, tentar, o mais possível, ter ocupação nas mais diversas áreas, no maior número de fins-de-semana, para aumentar a oferta, e isso tem sido feito, de forma direta e indireta, através do apoio que prestam a outras entidades, que muito têm crescido. Frisou que não são ações conjunturais ou casuísticas, antes fazem parte de uma estratégia continuada para dar ao turismo a capacidade de continuar a contribuir para a economia local e para a qualidade de vida dos tomarenses, e de aumentar muito essa



contribuição. Referiu que a praia fluvial é um potencial que o concelho tem e que há que continuar a investir nesta temática, mas, até esta governação, nada aconteceu e, agora, têm o projeto do Alqueidão e outros que estão a avançar, sendo certo que os municípios não são donos de tudo, não mandam em tudo e têm que se articular com as diferentes entidades; a obra está concluída e aguarda o licenciamento final da Agência Portuguesa do Ambiente, que está pedido há vários meses, para poderem avançar para a concessão. Relativamente ao quiosque da Várzea Grande, informou que o concessionário transmitiu a impossibilidade de promover a abertura no verão, como se esperava, e que a Câmara teve que optar entre a eventual cessação da adjudicação e o adiamento da abertura por mais um ano; entenderam dar essa possibilidade ao concessionário e vão esperar que, na próxima primavera, possa iniciar a atividade, até porque só houve um candidato à exploração e nada indica que a situação se pudesse alterar caso optassem por lançar um novo procedimento, para além de que estão a sair de uma fase, de mais de dois anos, que não foi fácil para os agentes poderem iniciar novos investimentos, ainda para mais num local que as pessoas ainda não estão habituadas a frequentar. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão disse que também ficou perplexo com algumas coisas que ouviu, desde logo este dom de deturpar um bocadinho aquilo que têm sido as posições do PSD, ou até as intervenções que acabaram de acontecer. Salientou que a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes não falou em declínio, mas em saber aproveitar, estruturar e preparar o futuro, e em saber aproveitar a conjuntura, favorável ao turismo, em Tomar e em Portugal, para criar outro tipo de dinâmicas, e que o PSD nunca foi contra o turismo, antes tem defendido que não se coloquem os ovos todos no mesmo cesto porque, como já se viu, por exemplo durante a pandemia, se ocorrer alguma catástrofe ou incidente, fica-se mais exposto à vulnerabilidade, no turismo e em qualquer outra área ou atividade ou empresa ou concelho. Considerou curioso que se fale dos hotéis como se fossem obra da Câmara, até porque o município só tem competência e responsabilidade na Estalagem, que está por abrir há vários anos. No que se refere à praia fluvial do Alqueidão, perguntou se a autorização que se guarda da Agência Portuguesa do Ambiente é uma mera formalidade, e não há motivo para preocupação, ou se, depois de se ter feito a obra e se ter investido tanto dinheiro, é possível que não seja concedida. Referiu que Tomar é o centro da marca Templária, mas quem quiser outro tipo de informação e pretender aprofundar o conhecimento sobre os Templários não tem como o fazer em Tomar e tem que recorrer ao Centro Interpretativo dos Templários de Vila Nova da Barquinha, o que é um bom exemplo do que tem que ser pensado para criar



dinâmicas e pontos de interesse. Perguntou se o concessionário do Quiosque da Várzea Grande mantém mesmo o interesse em efetivar a concessão, adjudicada em maio de dois mil e vinte um, adiada para o verão do corrente ano e agora para o verão do próximo ano. **Requeru** que, para além do Plano Estratégico de Turismo, seja fornecido o Plano de Hospitalidade e o acesso às métricas do site Visit Tomar no corrente ano (acessos, tráfego, origem, entre outras). -----

O Sr. Vice-Presidente referiu que o concessionário do quiosque mantém o interesse dado que ainda não declinou a sua posição. Recordou que, quando iniciaram funções, havia na cidade, há muitos anos, dois quiosques abandonados, um na Várzea Pequena e outro junto ao Mercado Municipal, os quais vieram a ser demolidos por ação desta governação, e um terceiro quiosque, na ilha do Mouchão, que a Câmara construiu, mas nada fez para fazer dele o que quer que fosse, que acabaram por colocar na concessão da antiga Estalagem. Sobre a praia fluvial do Alqueidão, referiu que não há razão para haver qualquer risco porque o projeto, a obra e até questões que ainda não passaram do papel, têm sido objeto de reuniões regulares com a Agência Portuguesa do Ambiente, e com as demais entidades, para prevenir quaisquer problemas. -----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes referiu que, hoje, os Municípios não vivem isolados e de costas voltadas uns para os outros, e trabalham para o território; existe a noção que o turista vem visitar uma região e não apenas um concelho e têm trabalhado, em conjunto, para divulgar a panóplia de ofertas disponíveis na região, e têm que enaltecer, colaborar e trabalhar em rede quando algo de bom acontece num município vizinho, nomeadamente em relação ao Centro Interpretativo dos Templários de Vila Nova da Barquinha. Referiu que os centros interpretativos são importantes e que tinham planeado dois, um alusivo aos Templários e outro à Festa dos Tabuleiros; pensavam avançar primeiro com o dos Tabuleiros, aproveitando todo o trabalho que está ser desenvolvido pelo antropólogo, mas tiveram um financiamento para a marca Templária e decidiram dar prioridade ao Centro Interpretativo de Tomar e os Templários (apesar do grande enfoque na marca, a história de Tomar não se resume aos Templários e há muito mais para mostrar e para dar a conhecer) que abrirá ainda este ano, no Complexo Cultural da Levada. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que já tinha percebido que, em muitas áreas, a Câmara Municipal prefere ver o trabalho dos outros ao lado, como acontece na questão das incubadoras de empresas que todos têm menos Tomar; nesse caso, os outros já têm e Tomar não precisa; umas vezes, o que os outros têm serve, outras vezes os outros têm, mas vamos



fazer; até há bem pouco tempo, se calhar mais por incapacidade do que outra coisa qualquer, servia o Centro Interpretativo dos Templários que existia, mas, como vamos ter, agora já faz falta. Realçou que se tem ouvido falar na reforma das maternidades, um tema de interesse para Tomar e para a região, que os preocupa, pelo impacto negativo que poderá ter na Maternidade do Centro Hospitalar do Médio Tejo, a funcionar na Unidade de Abrantes, e gostaria de saber qual é a informação que existe sobre o assunto. Sabendo que se realizou, recentemente, na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, uma reunião a propósito do potencial novo aeroporto de Santarém, gostaria de conhecer a perceção que a Câmara teve dessa reunião, se está entusiasmada ou não está, e como é que o Município de Tomar fica nesse contexto. -----

Em resposta, o Sr. Vice-Presidente referiu que não tem grande informação sobre estes dois temas e pensa que, mesmo ao nível da Comunidade Intermunicipal, não exista informação concreta e oficial sobre a questão das maternidades; desconhece com exatidão o que foi abordado na reunião sobre o aeroporto, mas, até aqui, tem sido posição da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo focar-se na defesa do Aeroporto de Tancos como aeroporto complementar deixando a discussão sobre o aeroporto principal para outras instâncias; se há outra posição, ainda não saiu da esfera dos presidentes das câmaras municipais dos treze municípios. Expressou a opinião, pessoal, que seria vantajoso para Tomar, e para toda a região, ter o aeroporto principal do país mais próximo, e que, no abstrato, sem conhecer as questões técnicas, ficaria mais centralizado e mais próximo da zona com mais população (centro e norte). -----

O Sr. Vereador Luís Francisco referiu que se tem verificado a cedência de habitações à comunidade cigana que habitava no Flecheiro, nomeadamente nos Bairros da Caixa, primeiro de maio e Nossa Senhora dos Anjos, e no espaço de acolhimento temporário junto à GNR, entre outros, e gostaria de perceber que trabalho tem havido visando a integração destas famílias, que têm hábitos de vida próprios e caraterísticos, fruto da sua vida nómada e da vivência em barracas, para que se adaptem aos atuais equipamentos e à convivência com os vizinhos, alguns de idade avançada, que precisam de continuar a viver sossegadamente nas casas onde vivem, nalguns casos há mais de cinquenta anos. Referiu que têm sido apresentadas queixas junto da PSP e da Câmara Municipal, em face de ruído, de distúrbios e de comportamentos menos adequados, como a destruição de equipamentos e de casas que foram recuperadas pela Câmara; que há queixas que os serviços não atendem as chamadas dos munícipes que pretendem reportar situações concretas e que buscam o sossego; que há



reporte de famílias que não pertencem a esta etnia que abandonam as casas que lhes foram cedidas nesses locais evocando, entre outras, questões de segurança familiar, e, também, que há moradores nos arredores desses bairros que estão a vender as suas casas e a procurar outras zonas para morar, e questionam como é que os serviços municipais têm tratado estas situações, o que é que está a ser feito, que medidas foram tomadas e estão previstas numa perspetiva de médio e longo prazo, porque são coisas que demorarão algum tempo a resolver.

Em resposta, o Sr. Vice-Presidente salientou que, neste e noutros casos, o problema começa quando se foca uma etnia em particular, e se generaliza um grupo de pessoas como responsável de um determinado problema, sendo certo que, nesta questão, a situação não corresponde à verdade, nomeadamente no bairro Primeiro de Maio, onde ocorrem episódios com várias pessoas, a maior parte das quais nem estão relacionadas com essa etnia. Reconheceu que quem, durante quarenta ou cinquenta anos, viveu numa barraca, sem quaisquer condições, muitas vezes sem ter sequer uma casa de banho, como acontecia em cerca de metade das barracas do Flecheiro, tem necessidade de adequar comportamentos quando transita para outro tipo de habitação, o que não se consegue de um dia para o outro e, em grande medida, é esse o trabalho que os serviços sociais municipais, em articulação com algumas outras instituições, estão a desenvolver, mas há famílias que não pertencem a qualquer etnia, que apresentam problemas semelhantes de adequação à utilização de uma habitação, seja por não saber ligar um esquentador ou por desconhecer os cuidados a ter com o fogão, por exemplo. Referiu que, por outro lado, em termos de sociabilidade, quem viveu num acampamento e numa barraca que não tinha portas, precisará de tempo para se habituar à situação de, à noite, não poder bater a porta, ou de, em certas horas, não poder ter a música a tocar a um determinado volume; são episódios que vão acontecendo, mas estão a ser trabalhados e conseguiram-se bastantes melhorias. Salientou que o município tem cerca de duzentos fogos de habitação social e apresenta esta característica específica de ter tido duzentos e cinquenta pessoas a viver em barracas; quando esta governação chegou, havia apenas uma equipa de serviço social que não chegava sequer para o trabalho de gabinete; foram alargando a equipa e, hoje, têm uma equipa mais capaz, mas, ainda assim, não consegue estar todos os dias em cada um dos bairros; pelo menos uma vez por semana, vai aos locais, fala com as pessoas, visita casas, aconselha, sugere e faz todo o trabalho que tem que ser feito; há um regulamento que define as regras e os serviços fazem o possível para as fazer cumprir, sempre que necessário em conjunto com a PSP, mas isso não impede que, de vez em quando, ocorram episódios, que vão resolvendo, como têm feito desde que chegaram,



com muito trabalho, sujeitos a muitas chatices e à contestação de algumas pessoas, algumas vezes só porque sim (há quem queira escolher a pessoa que irá morar na casa ao lado da sua, e isso não é possível mesmo fora dos bairros sociais). Frisou que, se calhar, foi por receio dos problemas que, antes, não se andou um passo para resolver o problema do Flecheiro, apesar de ter havido muitas oportunidades e financiamento para o fazer. -----

Em complemento, a Sra. Vereadora Filipa Fernandes reforçou que, se fosse fácil, o trabalho já estaria feito, mas é um trabalho difícil e árduo, muitas vezes cansativo e desesperante, do qual não podem desistir porque acreditam que a mudança é possível e que estão no caminho certo, como se comprova no centro histórico, onde, há vários anos, reside uma família, perfeitamente adaptada e sem registo de qualquer problema. Salientou que a atribuição das habitações tem em conta um estudo exaustivo de todas as famílias, as quais continuam a ser exaustivamente acompanhadas, também ao nível da comunidade infantil e do sucesso escolar, desde logo com a colocação de todas as crianças no pré-escolar, para que obtenham as competências básicas para ingressar no ensino básico com outra motivação. Sublinhou que a equipa social tem feito um trabalho excecional e profícuo, com a descrição que se exige num trabalho a este nível, e assim vai continuar. Referiu que as boas práticas do Município de Tomar nestes dez anos de caminho para conseguir que a mudança aconteça, estiveram na origem de um convite do Alto Comissariado para as Migrações para liderar um grupo de trabalho constituído por trinta e cinco municípios, que se encontra a preparar a edição de um livro de boas práticas de integração. Deu nota que, por vezes, passa a mensagem que a Câmara está a dar casas, mas o que a Câmara faz é atribuir habitações sociais a famílias que passam a estar obrigadas ao pagamento de um conjunto de despesas (renda, água, eletricidade e gás). -----

Em aditamento, o Sr. Vice-Presidente referiu que o regulamento define que qualquer intervenção numa casa social tem que ter prévia autorização dos serviços sociais, que atuam, sempre que necessário, em conjunto com o Departamento de Obras Municipais, e pode ter acontecido um ou outro caso de pintura sem que isso tenha sido observado, mas não há registo de destruição de habitações sociais. Reconheceu que há reporte de atos de vandalismo na cidade, com destruição de caixotes do lixo e de sinais de trânsito, e também na Piscina Municipal Vasco Jacob, que foi vandalizada duas ou três vezes, mas não crê, para não dizer que tem a certeza, que tenham a ver com alguma etnia em particular. Salientou que os ciganos de Tomar não são nómadas, pelo menos há um século; foram colocados no Flecheiro por interesses imobiliários, com a conivência do município, e vivem ali há cerca de cinquenta



anos; são famílias que tinham habitações noutras zonas da cidade e do concelho, nomeadamente na Quinta de Santo André, na zona onde hoje se situa a sede da Gualdim Pais e a Biblioteca Municipal António Cartaxo da Fonseca e na Asseiceira; só há um grupo que, no início deste século, veio da Área Metropolitana de Lisboa, mas nada foi feito para impedir que ficassem e, passados vinte anos, já adquiriu direitos.-----

O Sr. Vereador Luís Francisco referiu que a sua intervenção pretendeu salientar que há trabalho a fazer, a médio e longo prazo, que é importante que as equipas sejam reforçadas e que haja planos concretos - e, tanto quanto do possível, comunicáveis, também para a comunidade - para resolver as situações, e o que foi dito só veio reforçar essa necessidade. Concordou que é importante que essas pessoas sejam acompanhadas e as suas necessidades tratadas, mas as pessoas que já moravam nos locais também têm que merecer idêntico tratamento e ser atendidas nos problemas que estão a ter, e há um trabalho a fazer nesses bairros, independentemente da etnia dos residentes; se há comportamentos que não são adequados, têm que ser tratados e, se não os conseguem eliminar de repente, têm que ser trabalhados, nomeadamente nas escolas, onde também há muito trabalho a fazer nessa matéria. Referiu que independentemente de o Município de Tomar ser referência ou ganhar prémios, o que importa é resolver a situação na prática. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão perguntou se foram apresentadas propostas para execução dos arranjos exteriores do Flecheiro (terceira fase), quantas e qual é o ponto da situação do procedimento.-----

Em resposta, o Sr. Vice-Presidente confirmou que foram apresentadas propostas e que pelo menos uma das empresas oferece grande garantia em termos de qualidade do trabalho; está a decorrer a análise dessas propostas e julga que não faltará muito para poderem chegar à fase de adjudicação, sendo certo que ainda há duas ou três questões a condicionar o início da obra, principalmente a permanência de algumas famílias no Flecheiro, e estão a trabalhar a todo o vapor para tentar, o mais possível, que nenhuma família lá esteja quando a obra começar. -----

Em resposta, o Sr. Vereador Tiago Carrão realçou que é bom que haja propostas de qualidade de empresas de qualidade se bem que, infelizmente, o preço seja o único critério de seleção do procedimento de contratação. -----

Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia: -----

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de


69

fundos de Tesouraria Municipal, do dia trinta de setembro de dois mil e vinte e dois, o qual acusa os seguintes saldos: cinco milhões, quatrocentos e vinte seis mil, quatrocentos e oitenta euros e cinquenta e um cêntimos (5.426.480,51€) em Operações Orçamentais, e duzentos e oitenta e seis mil, setecentos e setenta e um euros e sessenta e três cêntimos (286.771,63€) em Operações Não Orçamentais. -----

O Sr. Vice-Presidente apresentou previamente em planta a delimitação e utilização do espaço a que se referem os pontos um a três.-----

N.º 01 – LOGRADOURO DAS PARCELAS 7 E 8 DO PLANO DE PORMENOR DA ALAMEDA 1 DE MARÇO E RUA JOÃO DOS SANTOS SIMÕES (UOPG6) – Construções Francisco & Marco, limitada, e Sociedade de Construções Joaquim Vaz e Netos, limitada-----

Foram presentes, para conhecimento, as informações n.ºs 15996/2022 e 16077/2022 da Divisão de Gestão do Território, referentes à proposta de alteração do logradouro das parcelas 7 e 8 do Plano de Pormenor da Alameda Um de Março e Rua João dos Santos Simões (UOPG6), apresentada pelos respetivos proprietários.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes realçou que se trata de tomar conhecimento que a proposta de alteração não pode ser acolhida à luz do instrumento em vigor, o qual se encontra em revisão, nos termos publicitados a trinta de abril de dois mil e vinte e um, com um prazo de execução de dois anos, sendo possível a prorrogação por igual período.-----

N.º 02 – PLANO DE PORMENOR DA ALAMEDA 1 DE MARÇO E RUA JOÃO DOS SANTOS SIMÕES (UOPG6) – suspensão parcial e medidas preventivas-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal a suspensão parcial do Plano de Pormenor da Alameda Um de Março e Rua João dos Santos Simões (UOPG6), publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 16, de 19 de janeiro de 2001, através da Declaração n.º 23/2001, e o estabelecimento de medidas preventivas para a área objeto de suspensão, nos termos e fundamentos da informação n.º 16056/2022 da Divisão de Gestão do Território, e respetivos anexos.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, e tendo em consideração que se encontra a decorrer o procedimento de revisão do Plano, deliberou, no âmbito das competências que lhe são atribuídas pelo artigo 76.º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJGIT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio:-----



1- Homologar o relatório de fundamentação da proposta de suspensão parcial do Plano de Pormenor da Alameda Um de Março e Rua João dos Santos Simões (UOPG6) e respetivos anexos: -----

Desenho 01 – Identificação das áreas suspensas e sujeitas a medidas preventivas;-----

Desenho 02 – Pormenorização da Área 1; -----

Desenho 03 – Pormenorização da Área 2; -----

Desenho 04 – PDM Classificação e Qualificação Solo; -----

Desenho 05 – PDM Outras Condicionantes;-----

Desenho 06 – PDM Património Arquitetónico e -----

Desenho 07 – PDM Património Arqueológico;-----

2- Aprovar a proposta de suspensão parcial do Plano de Pormenor da Alameda Um de Março e Rua João dos Santos Simões (UOPG6), nos termos e para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 126.º do citado regime jurídico, cuja delimitação se apresenta no Desenho 01 e se pormenoriza nos Desenhos 02 e 03; -----

3- Determinar o estabelecimento de medidas preventivas para a área objeto de suspensão, de acordo com o disposto no n.º 7 do referido artigo 126.º; -----

4-Mandar solicitar o parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, tal como prevê o n.º 3 do artigo 126.º do RJIGT. -----

Esta deliberação foi tomada por três votos a favor e três abstenções da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco, com a seguinte declaração de voto: "A alteração pretendida na designada Área 1 vai no sentido de melhorar a oferta de estacionamento e de requalifica o interior do quarteirão respondendo às necessidades em claro benefício do interesse público. ---

Quanto à Área 2, julgamos que os pressupostos do relatório de fundamentação estão errados porque se parte do princípio de que o problema da não execução do plano está nas opções de planeamento quando, de facto, o problema de fundo é a perda de população e a grande falta de confiança dos potenciais investidores imobiliários que analisando a tendência demográfica não investem por não verem garantido o retorno do investimento. -----

Se hoje é possível fechar o quarteirão da Rua João dos Santos Simões, como prevê o desenho da Área 1, é porque no passado foi delineado um plano urbano que traçou ruas sem olhar às parcelas existentes. Foi assim em Tomar e é assim em qualquer parte onde se tem por objetivo construir cidade planeada, ordenada e equilibrada como, e muito bem, fundamenta o mesmo relatório relativamente à Área 1. -----



As cidades evoluem e os planos deve também evoluir e ser adaptados, mas estas adaptações devem ir no sentido de planear e não do seu oposto, no sentido do improviso, no sentido das necessidades do presente sem definir que cidade queremos no futuro. -----

Deste modo, apesar de não concordarmos com os pressupostos do relatório de fundamentação por acharmos que o real problema se prende com a demografia e com a perda de população dos últimos anos, com responsabilidades diretas deste executivo; apesar de considerarmos que a conservação do desenho urbano atual não é a que melhor serve os melhores interesses da cidade; apesar de acharmos que se está a ir no sentido da improvisação em detrimento do planeamento, os Vereadores do PSD votam pela abstenção por considerarem que esta solução representa um mal menor.”. -----

No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes explicou e fundamentou o sentido de voto dos vereadores do PSD, em conformidade com a declaração de voto que apresentou. -----

O Sr. Vice-Presidente frisou que este plano era claramente inexecutável desde a sua criação, há cerca de vinte anos, desde logo porque obrigava a um enorme investimento por parte de muitos privados para conseguir concretizar uma oferta pública, nomeadamente em termos de estacionamento, para além de que eram muitos os proprietários que tinham que chegar a um entendimento para poder realizar o investimento. Salientou que, ao contrário do que se refere, há muitos investidores interessados e está mais do que detetado que, neste momento, em Tomar, o principal problema para a fixação de população é a falta de habitação, para compra ou arrendamento, e não há assim tantos terrenos disponíveis, ou viáveis, para construção e sendo a área abrangida uma zona central da cidade, que está expectante e precisa de uma solução, pode contribuir para a possibilidade de execução urbanística de novos edifícios que, no todo, venham colmatar a notória falta de habitação no concelho, em particular na cidade.--

N.º 03 – REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ALAMEDA 1 DE MARÇO E RUA JOÃO DOS SANTOS SIMÕES (UOPG6) – proposta de plano (segunda fase) -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal a proposta de revisão do Plano de Pormenor da Alameda Um de Março e Rua João dos Santos Simões (UOPG6), elaborada pela Quaternaire Portugal – Consultoria para o Desenvolvimento, SA, nos termos e fundamentos da informação n.º 16071/2022 da Divisão de Gestão do Território, e da informação s/ n.º, de 27 de setembro, que anexa.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou, no âmbito das competências que lhe são atribuídas pelo



artigo 76.º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJGIT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio: -----

1- Aprovar a proposta de Plano de Pormenor da Alameda Um de Março e Rua João dos Santos Simões (UOPG6), constituída por Regulamento, Planta de Implantação, Planta de Condicionantes, Relatório, incluindo o Programa de Execução, Plano de Financiamento, Sustentabilidade Económico-financeira e Modelo de Distribuição de Encargos e Benefícios, Planta de localização, Planta da situação existente, Planta de compromissos urbanísticos, Planta com os perfis de rua e Planta de transformação fundiária, patentes nos anexos com a designação "PpUOPG6@regulamento F2 set22 v2", "PpUOPG6@regulamento F2 anexo", "ppUOPG6@Relatorio_AnexoII_set22", "PpUOPG6@PIimplantacao F2 set22 v2", "PpUOPG6@PCondicionantes F2 set22", "PPUOPG6 relatoriofundamentacaoF2 set22", "1 Planta de Localizacao", "2 Planta de Situacao Existente", "3 Planta de Compromissos Urbanisticos" e "4 Planta de Transformacao Fundiaria";-----

2- Enviar a proposta de plano à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo para efeitos de realização da Conferência Procedimental, de acordo com o previsto nos n.ºs 3 a 5 do artigo 86.º do citado regime jurídico; -----

3- Indicar as entidades representativas dos interesses a ponderar na Conferência Procedimental, já enumeradas na Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial: Agência Portuguesa do Ambiente, Autoridade Nacional de Proteção Civil, Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, Infraestruturas de Portugal, Direção-Geral do Património Cultural, Laboratório Nacional de Energia e Geologia, Direção-Geral do Território, E-Redes, Tagusgás, Turismo de Portugal, Resitejo e Empresa Portuguesa de Águas Livres; -----

4- Remeter a presente deliberação à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, para os devidos efeitos, e à Quaternaire Portugal – Consultoria para o Desenvolvimento, SA. -----

Esta deliberação foi tomada por três votos a favor e três abstenções da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco, com a seguinte declaração de voto: "O que afirmámos no ponto anterior, é igualmente válido para este, ou seja, não concordamos com os pressupostos do relatório de fundamentação. O real problema é a perda de população e não a estrutura fundiária. Havendo dinamismo demográfico e um setor da construção consequentemente forte, este problema seria facilmente ultrapassado – o que não será possível de fazer através da "estratégia" dos eventos da governação socialista. -----



73

Quanto ao desenho urbano proposto, verificamos que estão previstos, além de emparcelamentos, como no anterior PP e que alegadamente terá motivado esta revisão, estão também previstas expropriações, ou seja, o uso do instrumento mais drástico e autoritário previsto para resolver o problema fundiário.-----

Como referido no relatório de fundamentação os usos destes instrumentos foram considerados essenciais e com este facto não discordamos, o que não conseguimos perceber é que se era para seguir este procedimento, por que razão é que se levou a cabo esta revisão, pois o mesmo poderia ter sido aplicado no anterior, ou seja, expropriar individualmente na atual estrutura fundiária e colocar os parcelas no mercado com obrigação de cumprir o definido no Plano.-----

Se do ponto de vista urbanístico, se pode verificar neste desenho urbano diferenças discutíveis relativamente ao anterior que se podem considerar de cosmética pura e simples, pois não havendo um desenho urbano ideal, existirão inúmeras maneiras diferentes, igualmente coerentes, de fazer cidade, do ponto de vista político assinala-se o contentamento com o medíocre pela falta de ambição de fazer melhor e de querer melhor cidade.-----

A política de planeamento urbano socialista está a todos os níveis errada porque se encontra fundamentada em pressupostos equivocados e que procuram o resultado imediato sem medir as consequências para o futuro a médio e longo prazo. A governação socialista planeia para o dia-a-dia e a isso chama-se improviso.-----

Por este motivo o sentido de voto dos vereadores do Partido Social Democrata é de abstenção.”.-----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que, em fevereiro, deliberaram sobre a primeira fase do procedimento prevendo-se o prazo de trinta dias para esta segunda fase, e não são apresentadas as justificações para tão grande dilação do prazo, nem se é possível antever a necessidade de prorrogação do procedimento de revisão deste plano de pormenor, com termo em maio de dois mil e vinte e três, ou se se espera poder concluir o procedimento até então.-----

O Sr. Vice-Presidente referiu que estão em várias frentes na área do planeamento e que as equipas fazem o máximo que conseguem, sendo certo que, neste momento, não se prevê que venha a ser necessário prorrogar o prazo de execução.-----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes pediu esclarecimentos face à previsão de expropriações.-----

O Sr. Vice-Presidente esclareceu que a possibilidade de expropriação tem que ficar prevista



porque podem não conseguir chegar a acordo, como têm conseguido noutras zonas, praticamente em todos os casos; à partida, não lhe parece que venha a ser necessário, até porque a generalidade dos arruamentos por construir estão em áreas que, por força dos licenciamentos para a construção de edifícios, os proprietários promotores terão que construir, mas há pequenos espaços em zonas consolidadas onde os arranjos exteriores não estão devidamente executados e pequenas zonas definidas para estacionamento que obrigam à negociação com os respetivos proprietários. -----

PROPOSTAS:-----

PROPOSTA DA PRESIDENTE: -----

N.º 04 – APOIO FINANCEIRO AO VI CEYCEYRA MEDIEVAL-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a atribuição de apoio financeiro, no montante de 12.000,00€ (doze mil euros), à sexta edição do evento CEYCEYRA Medieval, organizado pela Associação Cultural, Recreativa e Desportiva da Asseiceira.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir o referido apoio financeiro, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

A Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e os Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco apresentaram a seguinte declaração de voto: "Lamentamos que nos seja apresentada uma proposta de deliberação tão deficitária de informação, como vem sendo prática comum da governação socialista. Ainda está por saber se tal acontece propositadamente ou por falta de capacidade.-----

É proposta a atribuição de um apoio financeiro de 12.000€ à realização do evento Ceyceyra Medieval. No entanto, a proposta não é acompanhada de qualquer informação ou documentação.-----

Não é dada a conhecer a justificação para o valor a atribuir nem informação sobre o evento. Por haver já um histórico, deveriam existir dados sobre edições passadas como orçamento, custos e receitas, número de visitantes e impacto na comunidade. -----

Para um bom cumprimento da lei, seria expectável que a atribuição de apoios financeiros fosse bem fundamentada e criteriosa, comprovando se o subsídio gera uma "mais-valia" vocacionada para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população. -----

Apesar da má instrução deste processo, da falta de informação sobre o evento e justificação do



valor atribuído, reconhecemos o mérito do evento Ceyceyra Medieval, pelo que os vereadores do PSD votam a favor.”.-----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão referiu o contraste entre a riqueza do evento apoiado e a pobreza da instrução do procedimento, destituído de qualquer informação sobre o histórico do evento e os resultados e mais valias obtidas com a edição anterior, que pudessem fundamentar, minimamente, a decisão que são chamados a tomar, tanto mais que o valor do apoio aumenta de cinco para doze mil euros. Perguntou porque é que o evento foi excluído do programa do apoio ao associativismo.-----

Em resposta, o Sr. Vice-Presidente informou que o programa de apoio ao associativismo é transversal e genérico a qualquer associação, nas várias áreas de atividade, e estão todas em pé de igualdade na candidatura à atribuição da parte do bolo que disponibilizam para o efeito, mas tem-se entendido que há eventos que, pela sua natureza, dimensão ou especificidade, merecem um apoio diferenciado; a associação promotora candidatou o evento sem ter em conta o procedimento distinto de anos anteriores e a situação foi corrigida. Salientou que os processos podem sempre ser melhorados, mas o tempo é escasso, e os meios também, e o essencial é que haja enquadramento legal para a atribuição do apoio a um evento cujo potencial todos conhecem. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que, no passado, houve o cuidado de apresentar o relatório da edição anterior e se terá desaprendido sobre a forma de instruir os procedimentos.

INFORMAÇÕES: -----

INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:-----

N.º 05 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 -----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados pela Sra. Presidente, em setembro, no uso das competências delegadas pela Câmara Municipal, por deliberação de 20 de outubro de 2021.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão referiu-se à décima primeira alteração ao orçamento solicitando informação se o quase esvaziamento da dotação para aquisição de um veículo urbano de combate a incêndios significa que a aquisição não vai acontecer este ano, ou se não vai mesmo acontecer, assim como se a redução das verbas destinadas à eficiência energética do Complexo Desportivo Municipal (dotação reduzida de duzentos mil para cinquenta mil euros) significa que o investimento não vai acontecer e passa



para o próximo ano, ou se há outro tipo de estratégias a ser consideradas em face dos custos com a energia, que pesa cada vez mais no orçamento municipal.-----

O Sr. Vice-Presidente referiu que as alterações orçamentais são normalíssimas na gestão que se tem que ir fazendo e pagando a cada momento, e que as intenções se mantêm.-----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que as questões de tesouraria não são idênticas às questões orçamentais sendo inequívoco que as alterações orçamentais de grande monta que implicam alteração às grandes opções do plano, como está aqui, mais uma vez, subjacente, deviam ser revisões ao orçamento e ser submetidas à Assembleia Municipal. Frisou que, se estava previsto o apoio à organização deste evento, o valor devia estar previsto, orçamentado, cabimentado e com compromisso, e isso não acontecia no final de agosto, o que revela, também aqui, falta de planeamento ou de vontade para planear. -----

O Sr. Vice-Presidente realçou a necessidade de gerir da melhor forma a tesouraria porque ter verba cabimentada e compromissada que não esteja a ser executada tem outras implicações e condicionantes e, havendo disponibilidade orçamental, vão efetuando alterações entre rúbricas sempre que necessário. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes frisou que não se quer assumir que há alteração nas grandes opções do plano, mas a verdade é que esta alteração orçamental envolve meio milhão de euros e redução de investimento em várias rubricas, para reforço de rúbricas de despesas correntes e de aquisição de serviços.-----

GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR TOMARINVESTE: -----

N.º 06 – PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR – candidatura para aquisição dos lotes 59 e 70 em direito de superfície -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 72/2022 do Gabinete de Apoio ao Investidor Tomarinveste, relativa à comunicação da empresa Valgor - Valorização de Gorduras e Óleos, limitada, no seguimento da deliberação tomada a 21 de fevereiro, nos respetivos termos e fundamentos.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou: -----

- 1-Revogar a deliberação tomada a 21 de fevereiro; -----
- 2-Aceitar a candidatura para aquisição, em regime de direito de superfície, do lote 59 do Parque Empresarial de Tomar.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão perguntou se há conhecimento


77

dos motivos que levaram a empresa a não querer manter a candidatura para um dos lotes e se há outros eventuais interessados na sua aquisição. -----

Em resposta, o Sr. Vice-Presidente referiu presumir que tenha a ver com a atividade da empresa, mas não o pode garantir, e também que possa haver outros interessados, porque tem havido procura de lotes.-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----

N.º 07 – UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO PAVILHÃO MUNICIPAL (PE2) – isenção de tarifas-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das tarifas devidas pelo estacionamento de sete viaturas no parque de estacionamento do Pavilhão Municipal, no dia 9 de outubro, no âmbito do evento Mercado da República, no valor estimado de 50,40€ (cinquenta euros e quarenta cêntimos), nos termos e fundamentos da informação n.º 7709/2022 do Departamento de Obras Municipais.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou isentar das tarifas, ao abrigo do artigo 14.º do regulamento dos parques de estacionamento cobertos na Cidade de Tomar.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

A Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e os Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco apresentaram a seguinte declaração de voto: “Esta proposta de deliberação para atribuição da isenção de estacionamento no âmbito do Mercado da República é mais um exemplo da falta de rigor desta governação socialista. -----

Na documentação que acompanha este ponto, em momento algum é informado de quem são as viaturas a atribuir a isenção. Sabemos apenas qual o evento em causa, mas não o requerente da isenção. -----

Apesar da má instrução deste processo, da falta de informação sobre a isenção a atribuir, reconhecemos o mérito do evento Mercado da República, pelo que os vereadores do PSD votam a favor.”. -----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que este é um dos processos que podem vir a ser melhorados porque não se refere de quem são as viaturas cujas tarifas de estacionamento estão a isentar, para além de que o evento se realiza na Praça da República e faria mais sentido o estacionamento no parque da rua Dr. Sousa, como julga ter sido solicitado. -----



Em resposta, a Sra. Vereadora Filipa Fernandes esclareceu que as sete viaturas pertencem à organização do evento e que o parque da rua Dr. Sousa está sobrelotado com as avenças cedidas tornando difícil a gestão de tantas viaturas.-----

Em complemento, o Sr. Vice-Presidente adiantou que o parque da rua Dr. Sousa tem tendência para esgotar a sua capacidade, particularmente ao fim-de-semana, e se tem tentado promover o parque subterrâneo do Pavilhão Municipal, que também está muito próximo do centro da cidade, ainda para mais quando estão em causa muitas horas de estacionamento, como é o caso desta utilização. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão reforçou o pedido de uma maior atenção e cuidado na instrução e fundamentação dos procedimentos, para os decisores poderem melhor analisar e, também, para não oferecer dúvidas a quem acompanha ou venha a consultar, ou a avaliar, a atividade municipal. -----

N.º 08 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DA RUA CORONEL GARCÊS TEIXEIRA E AVENIDA DR. AURÉLIO RIBEIRO – atas das reuniões de segurança-----

Foram presentes, para conhecimento, as atas das reuniões de segurança da empreitada de requalificação dos espaços exteriores da Rua Coronel Garcês Teixeira e Avenida Dr. Aurélio Ribeiro, realizadas nos meses de junho, julho e agosto, nos termos da alínea j) do n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

N.º 09 - EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DA RUA CORONEL GARCÊS TEIXEIRA E AVENIDA DR. AURÉLIO RIBEIRO – minuta do terceiro contrato adicional -----

No seguimento da deliberação tomada a 27 de junho, foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a minuta do terceiro contrato adicional (trabalhos complementares) ao contrato da empreitada de requalificação dos espaços exteriores da Rua Coronel Garcês Teixeira e Avenida Dr. Aurélio Ribeiro. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a referida minuta ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugado com o disposto nos artigos 98.º e 375.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação. -----

Esta deliberação foi tomada por três votos a favor, três votos contra e o voto de qualidade do Sr. Vice-Presidente.-----



79

A Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco apresentaram a seguinte declaração de voto: "É nós apresentada a minuta do terceiro contrato adicional referente aos trabalhos complementares decorrentes de erros e omissões do projeto na Empreitada de Requalificação dos Espaços Exteriores da Rua Coronel Garcês Teixeira e Avenida Dr. Aurélio Ribeiro, no valor de 57.547,70€ (+IVA). -----

Somos, mais uma vez, confrontados por erros e omissões do projeto penalizadores do erário público - responsabilidade do dono de obra, i.e., do Município de Tomar governado pelo Partido Socialista.-----

Ao analisarmos as omissões e erros em causa, é com surpresa que constatamos a sua gravidade por se tratar de algo tão básico: não foram previstos em projeto os pontos de resíduos sólidos! -----

É inadmissível que o Município de Tomar tenha aceite este projeto sem o rever devidamente. Aliás, a prática reiterada, e já diversas vezes alertado pelo PSD, de não revisão dos projetos de obras públicas não só não corresponde às boas práticas de governação e ao próprio Código da Contratação Pública, como tem vindo a resultar em constantes atrasos e trabalhos complementares. -----

Os erros e omissões de projeto, assim como os sucessivos atrasos nas obras públicas, são já uma "imagem de marca" da governação socialista. Os Vereadores do Partido Social Democrata não podem aceitar esta forma de trabalhar que, invariavelmente, prejudica a população, exigindo mais rigor na governação e na execução das obras públicas, pelo que votamos contra."-----

No âmbito dos pontos anterior e seguinte, o Sr. Vereador Tiago Carrão frisou que os trabalhos complementares são recorrentes e têm um impacto brutal nas finanças municipais, opinião que é partilhada pelo Chefe da Divisão Financeira quando, no relatório da execução orçamental do segundo quadrimestre, refere que se verifica na generalidade das empreitadas um significativo aumento de encargos com trabalhos a mais e trabalhos complementares e que isso dificulta a gestão orçamental e a própria tesouraria, para além de que quantifica em cerca de um milhão de euros esse aumento com os trabalhos daquela natureza e as revisões de preços. Salientou que não vislumbram que haja ação para os tentar minimizar, nomeadamente com recurso à revisão dos projetos, como têm vindo a recomendar, em especial aos de maior envergadura, sendo certo que o referido dirigente também reconhece as fragilidades nos projetos e a necessidade de melhorar a execução física das empreitadas. Salientou que, nesta



empreitada em particular, foram muitos os esquecimentos em relação a questões básicas num projeto desta natureza indiciando falta de preparação. Para complemento da informação apresentada pelo dirigente da Divisão Financeira, e quantificação dos valores das derrapagens orçamentais das obras iniciadas nos anos de dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois, **requereu** o fornecimento de listagem das mesmas, com indicação dos respetivos preços base e dos valores dos trabalhos a mais e dos trabalhos complementares.-----

Em resposta, o Sr. Vice-Presidente sublinhou que os trabalhos a mais ou complementares não são derrapagens e que, apesar de haver sempre margem para melhorar, ou para prever mais as situações que possam vir a ocorrer, surgirão sempre situações a rever durante a execução da obra, por melhor que seja o projeto, ainda para mais um projeto desta envergadura, ou com alguns anos, até pela evolução que se tenha operado, e haverá necessidade de complementar ou melhorar o espírito que esteve na sua génese, como acontece, por exemplo, em matéria de recolha de resíduos, que foram previstos de superfície e hoje se justifica que sejam enterrados. Referiu que não pretendem funcionários, e muito menos chefias, que não pensem pela sua cabeça e que, no âmbito das suas funções, não apresentem as suas visões e opiniões, sendo certo que, também neste caso, a visão do dirigente financeiro tem em conta a ação da sua unidade orgânica e, certamente, não se adequará à visão da Equipa de Planeamento e Projeto, ou do Departamento de Obras Municipais. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão disse que podem compreender a necessidade destes trabalhos em algumas obras, pela sua natureza, envergadura ou complexidade, mas, neste caso, para além de ter havido esquecimento que era preciso tinta para pintar as ciclovias e placas para as assinalar, são os próprios técnicos a reconhecer as deficiências do projeto de eletricidade, que estão na origem de uma derrapagem de quase cem mil euros, e se tivesse havido adequada e atempada revisão do projeto, mesmo que se perdesse algum tempo de início, as coisas seriam bem feitas, não sofreriam atrasos e os custos não derrapariam, questão que assume ainda maior importância em obras com preços mais elevados.-----

N.º 10 - EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DA RUA CORONEL GARCÊS TEIXEIRA E AVENIDA DR. AURÉLIO RIBEIRO - trabalhos complementares-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 1413/2022 da Divisão Financeira, submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que aprovou os trabalhos complementares da empreitada de requalificação dos espaços exteriores da Rua



81

Coronel Garcês Teixeira e Avenida Dr. Aurélio Ribeiro, descritos e fundamentados nas informações n.º 6998/2022 e 7001/2022 do Departamento de Obras Municipais, e respetivos anexos, no valor global de 100.678,64€ (cem mil, seiscentos e setenta e oito euros e sessenta e quatro cêntimos), acrescido do IVA, e a aprovação da correspondente minuta do contrato adicional.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou:-----

1- Ratificar o despacho n.º 3544/PR/2022, de 16 de setembro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

2- Aprovar a minuta do quarto contrato adicional, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugado com o disposto nos artigos 98.º e 375.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.-----

Esta deliberação foi tomada por três votos a favor, três votos contra e o voto de qualidade do Sr. Vice-Presidente.-----

A Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco apresentaram a seguinte declaração de voto: "Somos confrontados, pela quarta vez, com "trabalhos complementares" na Empreitada de Requalificação dos Espaços Exteriores da Rua Coronel Garcês Teixeira e Avenida Dr. Aurélio Ribeiro, desta vez no valor de 100.678,64€ (+IVA).-----

Erros e omissões do projeto penalizadores do erário público – responsabilidade do dono de obra, i.e., do Município de Tomar governado pelo Partido Socialista.-----

É inadmissível que o Município de Tomar tenha aceitado este projeto sem o rever devidamente. Aliás, a prática reiterada, e já diversas vezes alertado pelo PSD, de não revisão dos projetos de obras públicas não só não corresponde às boas práticas de governação e ao próprio Código da Contratação Pública, como tem vindo a resultar em constantes atrasos e trabalhos complementares.-----

Os erros e omissões de projeto, assim como os sucessivos atrasos nas obras públicas, são já uma "imagem de marca" da governação socialista. Os Vereadores do Partido Social Democrata não podem aceitar esta forma de trabalhar que, invariavelmente, prejudica a população, exigindo mais rigor na governação e na execução das obras públicas, pelo que votamos contra."-----

N.º 11 - EMPREITADA DE RECUPERAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DA IGREJA DE SÃO JOÃO BAPTISTA EM TOMAR (1.ª FASE) – trabalhos a menos e trabalhos complementares---



Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 1398/2022 da Divisão Financeira, submetendo a aprovação do Executivo Municipal trabalhos a menos e trabalhos complementares da empreitada de recuperação/requalificação da Igreja de São João Baptista (1.ª fase), descritos e fundamentados nas informações n.ºs 3685/2022 e 3697/2022 do Departamento de Obras Municipais, e respetivos anexos, bem como a correspondente minuta do contrato adicional.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando todas as informações referidas, deliberou:-----

1-Aprovar os trabalhos complementares descritos e fundamentados nas informações n.º 3685/2022 e 3697/2022 do Departamento de Obras Municipais, e respetivos anexos, no valor global de 31.781,34€ (trinta e um mil, setecentos e oitenta e um euros e trinta e quatro cêntimos), acrescido do IVA; -----

2- Aprovar os trabalhos descritos na lista de trabalhos a menos que acompanha as referidas informações técnicas, no valor de 13.070,04€ (treze mil, setenta euros e quatro cêntimos), acrescido do IVA; -----

3-Aprovar a minuta do segundo contrato adicional. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 12 - EMPREITADA DE RECUPERAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DA IGREJA DE SÃO JOÃO BAPTISTA EM TOMAR (1.ª FASE) – trabalhos complementares -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 1423/2022 da Divisão Financeira, submetendo a aprovação do Executivo Municipal os trabalhos complementares da empreitada de recuperação/requalificação da Igreja de São João Baptista (1.ª fase), descritos e fundamentados nas informações n.ºs 7374/2022 e 7397/2022 do Departamento de Obras Municipais, e respetivos anexos.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando todas as informações referidas, deliberou:-----

1-Aprovar os trabalhos complementares descritos e fundamentados nas informações n.ºs 7374/2022 e 7397/2022 do Departamento de Obras Municipais, e respetivos anexos, no valor global de 50.680,95€ (cinquenta mil, seiscentos e oitenta euros e noventa e cinco cêntimos), acrescido do IVA. -----

2-Aprovar a minuta do terceiro contrato adicional. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: -----


83

N.º 13 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DA FESTA DOS TABULEIROS, NO USO DO ESPAÇO PÚBLICO, DA PUBLICIDADE E DA VENDA AMBULANTE-----

No seguimento da deliberação tomada a 25 de julho, foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes submetendo a aprovação do Executivo Municipal o prosseguimento do procedimento de alteração do regulamento municipal da Festa dos Tabuleiros, no uso do espaço público, da publicidade e da venda ambulante, nos termos e fundamentos da informação n.º 4701/DAJA/2022.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou submeter o projeto de regulamento publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 153, de 9 de agosto, através do Aviso n.º 15779/2022, a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

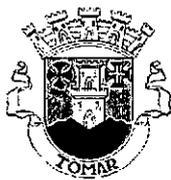
Esta deliberação foi tomada por três votos a favor e três abstenções da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco, com a seguinte declaração de voto: "O processo de alteração do Regulamento Municipal da Festa dos Tabuleiros no Uso do Espaço Público, da Publicidade e da Venda Ambulante teve início com a deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal a 5 de agosto de 2019, após a última Festa dos Tabuleiros. Lamentamos que seja quase 3 anos depois, estando já a decorrer os preparativos para a próximo, que chegamos a esta fase, ainda com um conjunto de procedimentos por realizar, que levarão a publicação do novo Regulamento para ainda mais tarde. -----

Alterar as "regras do jogo" tão tardiamente poderá, certamente, causar transtornos aos responsáveis pela organização da Festa dos Tabuleiros. -----

Não aceitamos o argumento de que se estaria a aguardar pela eleição do novo Mordomo da Festa dos Tabuleiros e respetiva Comissão uma vez que, tendo por base, os contributos recolhidos junto da própria Comissão, não tinham à data do início da consulta pública ainda conhecimento da proposta de Regulamento pelo que não foram certamente envolvidos.-----

Não nos parece, de todo, razoável a revisão deste Regulamento sem consultar os principais interessados, nomeadamente a Comissão da Festa dos Tabuleiros.-----

Analisando a proposta do Regulamento, é nosso entendimento que as alterações propostas pela governação socialista vão, em boa parte, esvaziar as competências da Comissão da Festa, concentrando na Câmara Municipal o poder de decisão e de organização de muito do que habitualmente cabia à Comissão de Festa.-----



Como a presente proposta já passou pela consulta pública e sendo esta Festa do Povo, os Vereadores do PSD optam pela abstenção.”-----

N.º 14 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Centro Cultural e Recreativo da Torre-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva ao 17.º Encontro de Motas Antigas, promovido pelo Centro Cultural e Recreativo da Torre, nos termos e fundamentos da informação n.º 4610/DAJA/2022.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 3609/PR/2022, de 22 de setembro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 15 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Associação Cultural, Recreativa e Social da Venda Nova-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva à iniciativa Mata Bielás Party – 6.º Passeio de motorizadas e motas antigas, promovida pela Associação Cultural, Recreativa e Social da Venda Nova, nos termos e fundamentos da informação n.º 4561/DAJA/2022. -----

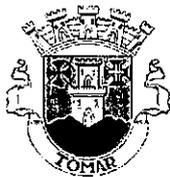
Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 3611/PR/2022, de 25 de setembro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 16 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Federação do Folclore Português-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva ao evento Mercado da República, promovido pela Federação do Folclore Português, nos termos e fundamentos da informação n.º 4665/DAJA/2022.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 3653/PR/2022, de 27 de setembro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 17 – MERCADO DA REPÚBLICA – isenção de taxas-----



Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas aplicáveis à realização do Mercado da República, nos termos e fundamentos da informação n.º 4663/DAJA/2022. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou isentar do pagamento das taxas, ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTE:-----

N.º 18 – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DIGITALL, DA FUNDAÇÃO VODAFONE PORTUGAL, NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS TEMPLÁRIOS -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 1530/2022 da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o estabelecimento de protocolo de cooperação com a Fundação Vodafone Portugal e o Agrupamento de Escolas Templários, visando a implementação do Programa DigitALL no referido Agrupamento de Escolas, no ano letivo 2022/2023. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou aprovar a minuta do protocolo nos seus exatos termos. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 19 – CONCURSO “VAMOS DAR UM NOME AO NOVO PARQUE” INFANTIL SITO NA RUA CORONEL GARCÊS TEIXEIRA -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal o nome a atribuir ao novo parque infantil sito na rua Coronel Garcês Teixeira, nos termos e fundamentos da informação n.º 1550/2022 da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou atribuir ao parque infantil o nome "Os Nabantitos". -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----

N.º 20 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – António Godinho Ferreira e José Godinho Ferreira-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo ao Executivo Municipal o deferimento do pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 445,00 m2 a



destacar do prédio misto sito em rua do Cabeço, Fonte D. João, União das Freguesias de Serra e Junceira, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 527/19891106, requerida por António Godinho Ferreira e José Godinho Ferreira, nos termos e fundamentos da informação n.º 15556/2022 da Divisão de Gestão do Território. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a certificação de destaque nos termos e fundamentos da referida informação, que homologa.----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 21 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente ao processo n.º 193/EDIF/DGT/2020, em que é requerente Isabel Maria Mendes de Oliveira, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento de obras de demolição e reconstrução de edifício de habitação e comércio sito na rua de São João, n.ºs 115 a 119, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, nos termos e fundamentos da informação n.º 15769/2022 da Divisão de Gestão do Território. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou declarar a caducidade da licença, ao abrigo da alínea d) do n.º 3 e do n.º 5 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 10 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 22 – EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA NA VENDA DO RÉ-DO-CHÃO DIREITO DO PRÉDIO SITO NA TRAVESSA DA NABÂNCIA, N.º 5 – Sandra Filipa Henriques Cardoso -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 15934/2022 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de não exercício do direito de preferência na venda da fração A do prédio sito na Travessa da Nabância, n.º 5, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo matricial n.º 3495, que Sandra Filipa Henriques Cardoso pretende realizar pelo valor de 75.000,00€ (setenta e cinco mil euros). -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou não exercer o direito de preferência pelo preço apresentado. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----



N.º 23 – EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA NA VENDA DO TERCEIRO ANDAR ESQUERDO DO PRÉDIO SITO NA RUA ENG. BOURDAIN, N.º 1 – Jorge Manuel Conceição da Silva-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 15962/2022 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de não exercício do direito de preferência na venda da fração G do prédio sito na Rua Eng. Bourdain, n.º 1, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo matricial n.º 3513, que Jorge Manuel Conceição da Silva pretende realizar pelo valor de 105.000,00€ (cento e cinco mil euros).-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou não exercer o direito de preferência pelo preço apresentado.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----

N.º 24 – LOJA DO TURISMO 2022 – PREÇOS DO ARTESANATO E PRODUTOS LOCAIS --

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que aprovou a tabela de preços de artesanato e produtos locais a praticar na Loja do Turismo, a que se refere a informação n.º 1136/2022 da Divisão de Turismo e Cultura.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 3651/PR/2022, de 27 de setembro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO FINANCEIRA:-----

N.º 25 - RELATÓRIO INTERCALAR DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TOMAR PARA O ANO DE 2022-----

Foi presente, para conhecimento, o relatório da execução do Orçamento do Município de Tomar no segundo quadrimestre do corrente ano, elaborado pela Divisão Financeira.-----

A Câmara tomou conhecimento e enviou, para conhecimento, à Assembleia Municipal.-----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vice-Presidente manifestou preocupação face ao peso da massa salarial no orçamento municipal, apesar de não haver excesso de trabalhadores, antes pelo contrário, e pelo enorme aumento dos custos, nomeadamente no setor da energia, e da inflação, assim como pelos constrangimentos decorrentes do tempo que medeia entre os pagamentos dos trabalhos efetuados nas obras financiadas e o respetivo ressarcimento, que só não tem acarretado grandes problemas devido à saúde financeira do Município.-----



O Sr. Vereador Tiago Carrão solicitou a correção do quadro das despesas, inserido na página oito do relatório, dado que replica os valores do quadro da página cinco, respeitante à receita. Referiu que quem ler os relatórios referentes ao primeiro e ao segundo quadrimestre ficará na dúvida se o dirigente é o mesmo ou se se referem à mesma Câmara; o primeiro pintava um quadro muito negro e este pinta um quadro um bocadinho mais cor de rosa, sem que se perceba como, porque os valores são os mesmos e, infelizmente, pelo panorama mundial, devido às questões energéticas, as coisas até têm tendência para se agravar; o dirigente que, em abril, dizia que, a manter-se a tendência, começavam a verificar-se dificuldades de tesouraria e a comprometer-se o equilíbrio orçamental, e que havia necessidade absoluta e imediata de tomar medidas para aumentar a receita e conter a despesa, diz agora que espera terminar o ano com uma situação financeira equilibrada, indiciando que as medidas terão sido tão imediatas que surtiram logo efeito, ou que alguém terá levado um puxão de orelhas. -----

O Sr. Vice-Presidente reiterou que, tal como a Sra. Presidente, gosta de funcionários que sejam críticos e apresentem soluções em vez de trazerem problemas; não condicionam ninguém, muito menos as chefias, a dar a sua visão ou a sua opinião no quadro das funções que exercem; não lhe cabe interpretar o que o dirigente escreve, sendo certo que, à medida que o ano vai avançando, vai ficando mais perceptível como vai terminar, sem prejuízo de poderem sempre ocorrer situações imponderáveis, e é natural que a avaliação possa mudar, mas o que realmente importa é que a saúde financeira da instituição está bem, apesar de se avançar com o dinheiro das empreitadas e ficarem à espera, às vezes muitos meses, para receber as contrapartidas, o que não significa que não haja preocupações e que não devam olhar longe no horizonte para perceber se, aqui e ali, será preciso corrigir a marcha do caminho. -----

O Sr. Vereador Luís Francisco salientou que a receita corrente tem crescido e a receita de capital tem baixado e, apesar de se conseguir resolver a situação em termos de tesouraria, refere-se no relatório que a comparticipação em projetos financiados está aquém do que foi previsto no orçamento, pelos motivos que acabaram de ser referidos, e também que, em termos de candidaturas e efetividade dos projetos financiados, existiria vantagem em melhorar a articulação e a tramitação dos processos, talvez porque se poderia ter o dinheiro mais cedo ou em maior quantidade. Referiu que o valor dos trabalhos a mais, dos trabalhos complementares e das revisões de preços ascende a cerca de um milhão de euros e que está realizado e pago um investimento de cerca de cinco milhões de euros, e que se recorre a



receitas correntes para o pagamento de despesas de capital (adianta-se que isso até é bom, mas a verdade é que pode ser razoável do ponto de vista financeiro, mas fica sempre algo por fazer, algumas vezes para fazer investimentos de interesse duvidoso). Salientou a referência ao crescimento do trabalho extraordinário, das ajudas de custo e do subsídio de turno, e era preciso avaliar da razoabilidade desse aumento e também do aumento do consumo de combustíveis. Questionou que medidas estão pensadas ou a ser trabalhadas para, como se refere, obter no curto prazo contenção de consumos e maior eficiência em geral. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes salientou que a Sra. Presidente detém a responsabilidade do pelouro financeiro e saberá como está a situação económica e financeira do Município, sendo certo que ainda aguardam a apresentação do relatório semestral elaborado pelo Revisor Oficial de Contas, conforme prevê a lei, e solicitaram na última reunião, porque é um trabalho estruturado que está a fazer falta. Disse que, no relatório elaborado pelo Chefe da Divisão Financeira, se refere que as taxas, multas e outras penalidades verificaram um aumento de cerca de quarenta e dois por cento face ao período homólogo, principalmente na receita obtida com as licenças de Mercados e Feiras, que aumentou de cerca de trinta e cinco mil euros para cerca de duzentos e doze mil euros, salientando-se que os anos de dois mil e vinte e seguinte foram atípicos por razões que se prendem com a pandemia e as isenções concedidas, justificação que não parece plausível e carece de melhor apreciação.

Requeru para o efeito o fornecimento de listagem de todos os registos dos Mercados e Feiras considerados nos capítulos zero dois e zero quatro da receita (impostos indiretos específicos das autarquias locais e taxas específicas das autarquias, respetivamente), referentes aos anos de dois mil e vinte um e aos dois primeiros quadrimestres do ano corrente. Salientou os fracos resultados em termos de execução da despesa e da receita de capital e a transferência, muitas vezes, para as despesas correntes, e também que, apesar de parecer haver outro dirigente na Divisão Financeira, as preocupações continuam a transparecer, só não são ditas com a mesma acutilância do primeiro relatório e continua a ser visível a necessidade de tomar medidas para procurar reforçar a receita corrente, porque estes fluxos dão suporte aos elevados custos do Município e potenciam a estabilidade financeira e orçamental. Sublinhou que terão que ser tomadas medidas concretas para controlar os custos fixos e perguntou que estratégias estão a ser trabalhadas para responder a essa preocupação.-----

O Sr. Vice-Presidente realçou que um orçamento é uma projeção e um conjunto de intenções, que nunca se concretiza na sua plenitude em nenhum município, revelando-se, ao longo da sua execução, a necessidade de ir equacionando as prioridades, as oportunidades e,



também, as dificuldades, e é uma realidade que, em especial em anos económicos mais difíceis, como acontece este ano, com o aumento dos preços, fica sempre alguma coisa por fazer, mas o que releva é que as opções que tenham que ser tomadas não tenham impacto no serviço regular que prestam à comunidade, e isso tem sido conseguido. Sublinhou que acompanha as preocupações em relação ao aumento dos custos com o pessoal e é uma questão em permanente avaliação, sendo certo que o aumento das horas extraordinárias ou dos subsídios de turno decorrem de não terem pessoal suficiente, ou a sua mancha horária não ser a suficiente para as funções que precisam de desempenhar, e a opção que se coloca é a contratação de mais pessoal ou a diminuição de atividade; nas áreas da cultura ou do desporto a diminuição da atividade é uma opção, mas, no setor da proteção civil, onde os profissionais são chamados a executar as funções que lhes estão cometidas nas vinte e quatro horas dos sete dias da semana, não resta outra opção que não seja o recurso a trabalho extraordinário ou a novo reforço do respetivo quadro do pessoal. Salientou que têm tentado muito diminuir a despesa de contexto, e assim vão continuar, e que é preciso ter a noção que não podem inventar receita para se poder fazer tudo o que se quer e tudo aquilo que se lhes pede para fazer nas diferentes áreas, porque ela apenas provém dos impostos, das taxas e tarifas, e dos eventos que realizam, mas que também têm despesa associada.-----

O Sr. Vereador Luís Francisco referiu que, se calhar, o aumento das horas extraordinárias também decorre das festas e eventos que o Município promove e seria necessário cuidar de avaliar as despesas e as receitas provenientes dessas atividades e o impacto que possam ter tido na comunidade; por outro lado, não devia ser suficiente verificar que as receitas do estacionamento têm crescido e devia, por exemplo, ser avaliado se o que se está a receber paga os juros pelo investimento realizado.-----

O Sr. Vice-Presidente referiu que os custos ascendem a cerca de dez milhões de euros e ainda faltará muito para alcançarem igual valor na receita. Reconheceu que a receita proveniente das tarifas de estacionamento, nomeadamente nos lugares à superfície, é importante para a autarquia, mas, na análise ao aumento verificado comparativamente aos dois anos anteriores, tem que se ter em conta que ocorreu uma pandemia e que concederam isenções durante alguns meses. -----

N.º 26 – AQUISIÇÃO DE MINI-AUTOCARROS ELÉTRICOS PARA OS TRANSPORTES URBANOS DE TOMAR – primeiro adicional ao contrato -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a minuta do primeiro adicional ao contrato de aquisição de miniautocarros elétricos para os



Transportes Urbanos de Tomar, outorgado a 14 de julho com a UIC- Unidade de Indústria Automecânica do Centro, SA, nos termos e fundamentos da informação n.º 1374/2022 da Divisão Financeira.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou aprovar a minuta do primeiro adicional ao contrato.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

EXPEDIENTE:-----

N.º 27 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Instituto Politécnico de Tomar--

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a utilização do autocarro, no dia 29 de setembro, para deslocação de 25 investigadores estrangeiros participantes no Projeto Internacional PowerUP MyHouse, com o custo estimado de 137,275€ (cento e trinta e sete euros e vinte sete cêntimos).-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 3584/PR/2022, de 21 de setembro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

Terminados os trabalhos, sendo doze horas e quinze minutos, o Sr. Vice-Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---

